

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ



Direitos Humanos, Antropologia e Educação

Revisitando o passado e avançando na caminhada por uma educação antidiscriminatória

Este dossiê tem por objetivo apresentar resultados do projeto *Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades*, financiado pelo Edital 38/2017 - Educação em Direitos Humanos da CAPES em parceria com a Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), extinta no governo Bolsonaro, em 2019.

O edital foi lançado no segundo semestre de 2017 e teve como objetivo estimular e apoiar a formação de recursos humanos por meio da realização de projetos de pesquisa dedicados à temática da Educação em Direitos Humanos e Diversidades. O Edital situava a educação em direitos humanos visando a fomentar a formação de cidadãos e cidadãs para a vida e para a convivência em sociedade, com o respeito ao outro, reconhecendo as diferenças, respeitando a diversidade, enfrentando todas as formas de preconceito e discriminação, em linha com o *Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos*.

Nosso projeto foi realizado através da articulação de dois núcleos de pesquisa do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e o Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI). Coordenado pelas Professoras Miriam Pillar Grossi e Antonella Imperatriz Tassinari, o projeto se desenvolveu em cinco frentes de pesquisa que focaram: a) no debate sobre as ações afirmativas na UFSC; b) nos impactos da *Licenciatura Intercultural Indígena*; c) nos projetos de extensão realizados com recursos do PROEXT/MEC - pelo NEPI na área de diversidades étnico-raciais, e

pelo NIGS na temática de gênero e prevenção de violências nas escolas; d) na realização do curso de formação continuada *Gênero e Diversidade nas Escolas* (GDE) pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) na UFSC; e, por fim, e) na avaliação da política de nome social e inclusão de pessoas trans na UFSC.

Vivemos no Brasil, nos anos 2002-2016, um momento político ímpar na formulação e execução, em vários campos, de políticas públicas de gênero e diversidades étnico-raciais. Essas políticas tiveram como marca a forte articulação com movimentos sociais e com demandas, por parte da sociedade brasileira, de inclusão e acolhimento de grupos e populações historicamente excluídos do campo formal da Educação.

Assim, um dos eixos centrais da problemática que estudamos diz respeito à articulação entre pesquisa e engajamento acadêmico com movimentos sociais e formulação de políticas públicas. Partimos, dessa forma, do pressuposto segundo o qual algumas disciplinas, como a antropologia, e em particular alguns de seus campos de pesquisa, como o de gênero/sexualidade e de questões étnico-raciais, tiveram um espaço privilegiado de interlocução durante os governos petistas.

Durante os governos Lula (2003-2009) e Dilma (2010-2016), as Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Educação, Mulheres, LGBT, Igualdade Racial, Direitos Humanos, Pessoas com Deficiência, Saúde, Juventude, entre outras, foram espaços importantes de articulação da sociedade civil com o Estado para a formulação das políticas públicas de Educação em Direitos Humanos. Movimentos Feministas, LGBT, indígenas, negro, de pessoas com deficiência, juventude e outros tiveram influência direta na formulação de propostas através da mobilização nacional que as conferências permitiam e da posterior articulação e monitoramento das políticas que vinham sendo implementadas por diferentes ministérios (SPM, SEPIR, SDH, MEC, MDA, MDS).

No bojo do momento político em questão, constatamos que as Universidades Federais tiveram um papel fundamental na aplicação e desenvolvimento de projetos pioneiros no que diz respeito às questões de gênero/sexualidade e diversidades étnico-raciais (GROSSI, TASSINARI, 2017). A UFSC e, em particular, as equipes de pesquisa envolvidas neste projeto (NIGS e NEPI) se mobilizaram diretamente neste processo acadêmico e político que levou a uma profunda

transformação das universidades e de seu papel social junto às diferentes comunidades e populações.

Durante dois anos, entre março de 2018 e fevereiro de 2020, nossa equipe desenvolveu várias pesquisas sobre os diferentes aspectos propostos no projeto original. Quatro delas, de pós-doutorado em colaboração com estudantes de graduação e pós-graduação e uma que resultou em dissertação de mestrado, estão aqui representadas em artigos que avaliam diferentes aspectos das políticas públicas de gênero e diversidade desenvolvidas pela UFSC em Santa Catarina.

Este dossiê contribui para se perceber de que forma as dimensões dos direitos humanos, da antropologia e da educação se articularam na UFSC. De acordo com Alvim (2005), os direitos humanos colocam problemas fundamentais à antropologia, na teoria e na prática. O envolvimento crescente dos antropólogos com as questões dos direitos humanos constitui claramente um fenômeno cultural e histórico que exige a interpretação antropológica. A expressão “Direitos Humanos” pode ser entendida como: todo ser humano tem automática ou intrinsecamente certos direitos – mas esses direitos diferem de local para local. Para os antropólogos, a maioria das formulações legais e políticas a respeito dos direitos humanos parecem problemáticas em razão do seu termo “humano”, não examinado e não problematizado em termos teóricos. Nesse sentido, de acordo com Alvim (id.), algumas formas de relativismo cultural são incompatíveis com os princípios universais de justiça, igualdade ou direitos. Acreditamos, assim como Alvim (id.), que a antropologia deve criar as ferramentas necessárias para que os Direitos Humanos sejam entendidos e aceitos por toda a humanidade de fato. Isso significa que os antropólogos devem posicionar-se na chamada área da educação para os Direitos Humanos, junto das populações locais, das organizações locais e internacionais, junto dos governos e das instituições transnacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). *“A defesa dos direitos à diferença aponta para (...) a luta política pelo ‘empowerment’, pela libertação e pelo civismo. Os investigadores devem ter em conta que a luta pelos direitos é sempre uma luta pelo poder – e os direitos humanos são uma luta de poder”* (Alvim, 2005, p. 49). Dessa forma, a noção de “direitos humanos”, nos seus múltiplos sentidos, revela-se como um campo de disputas e tensões, em nome do qual são construídos, legitimados e deslegitimados diversos processos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos.

E esse campo de disputas passa muito por uma dimensão formativa promovida pela e na universidade, no caso aqui centrada na UFSC, na qual a disciplina da antropologia vem a contribuir com a desnaturalização das moralidades constituídas, possibilitando novas formas de ser e fazer a universidade. Tal dimensão é perceptível no artigo de Claudia Lazcano, intitulado *A Política do Nome Social na UFSC: reflexões sobre inclusão e cidadania*, que reconstrói e percorre a trajetória de criação e implementação desta política para pessoas trans nessa instituição de ensino superior durante a década de 2010, bem como analisa, a partir de documentos e revisão bibliográfica, seus principais impactos para esses sujeitos e a instituição.

Já o artigo *Analisando processos de formação de tutoria em questões de gênero e diversidade na escola nos cursos “Gênero e Diversidade na Escola” da UFSC*, de Marie Anne Leal Lozano e Miriam Pillar Grossi, investiga os processos de formação de tutoria e as práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das três edições dos cursos do GDE ministrados pelo IEG/UFSC. A análise mostra o impacto positivo da formação nas trajetórias acadêmicas das tutoras, descrevendo como se deu a formação de futuros/as professores/as capazes de dialogar com as transformações que os estudos feministas, queer e das questões étnico-raciais no país buscam fomentar.

Ainda dentro da análise da política pública de formação de professores e professoras em gênero e diversidade que culminou no curso de ensino a distância “Gênero e Diversidade na Escola” da UFSC, temos o artigo de Leonardo de Miranda Ramos e Miriam Pillar Grossi intitulado *Subjetividades na Constituição de Redes de Resistência entre Professoras Egressas do Curso de Gênero e Diversidade na Escola em Santa Catarina*, que, além de analisar os impactos do curso para a vida das professoras egressas, busca entender as apropriações e interpretações que foram feitas pelas cursistas a respeito dos conceitos trabalhados ao longo dessa formação e em suas vidas profissionais e pessoais.

Outra política pública de formação de professores/as é referente à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica realizada pela UFSC. O artigo *A Avaliação de uma política pública voltada para à Diversidade: a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC*, de Clarissa Rocha Melo, parte de uma contextualização pelas demandas pelo ensino superior indígena, abarcando reflexões sobre como a Licenciatura Intercultural

Indígena contribuiu para o contexto atual de inclusão e permanência de acadêmicos indígenas na UFSC.

No que tange à avaliação das políticas públicas de fomento aos projetos de extensão nas universidades brasileiras, temos o artigo *Ações a partir do PROEXT/MEC na UFSC: Impactos das oficinas em escolas públicas, indígenas e quilombolas na ampliação do acesso à Universidade*, de Clarissa Rocha de Melo e Maria Octávia Nóbrega da Costa, que apresenta a avaliação de oficinas desenvolvidas em comunidades indígenas e quilombolas e em escolas da rede pública do entorno de Florianópolis, desenvolvidas no âmbito de três programas de extensão financiados pelo Edital PROEXT/MEC/SECADI de 2012 a 2015. Um dos objetivos desses programas era divulgar as ações afirmativas da UFSC nas comunidades indígenas e quilombolas e na rede pública de ensino, além de apoiar principalmente os estudantes indígenas e quilombolas na inscrição do vestibular, ampliando o acesso desses grupos à Universidade.

Por fim, outro artigo que vem na esteira de avaliação dos projetos extensionistas que envolvem gênero e a prevenção de violências nas escolas é o de Alexandra Eliza Vieira Alencar, Leonardo de Miranda Ramos, Gabriela Pedroni e Laura Gelpi, intitulado *Para além do Papo Sério: análise das oficinas de gênero e sexualidade para estudantes e egressas da equipe*. Nesse texto, temos o impacto de discussões sobre gênero na subjetividade e na experiência de vida das extensionistas e das estudantes da educação básica, participantes do Projeto de Extensão Papo Sério realizado de 2007 a 2015 pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da UFSC (NIGS/UFSC), e das oficinas que continuaram sendo realizadas com base na metodologia desenvolvida por tal projeto de extensão.

Como acreditamos que é no caminho que nos construímos, desejamos que todes possam ter uma boa leitura e sejam permeados por reflexões nutritoras que alimentem suas re-existências diárias!

Miriam Pillar GROSSI

Alexandra Eliza Vieira ALENCAR

Referências

GROSSI, Miriam Pillar. *Etnografia das Políticas Públicas de Gênero, Sexualidades e Diversidades nos Governos Petistas (2002–2016)*. Projeto Individual de Pesquisa - Bolsa PQ/ CNPq/2017.

GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella. *Projeto de Pesquisa Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades*. Edital CAPES Educação em Direitos Humanos 2017 (38/2017).

ALVIM, Filipa. *Antropologia e Direitos Humanos*. Relatório de Estágio de Pós-Doutorado apresentado ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: ISCTE, 2005.